



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

ENTENDENDO E COMPREENDENDO A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Aline de Moraes

Sapiranga, RS, Brasil

2013

PGGEEAD/UFSM, RS

DE MORAES, Aline

Graduada

2013

ENTENDENDO E COMPREENDENDO A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

Aline de Moraes

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a. Sueli Menezes Pereira

Sapiranga, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Monográfica de Especialização

**ENTENDENDO E COMPREENDENDO A APLICAÇÃO DA
AVALIAÇÃO FORMATIVA**

elaborada por
Aline de Moraes

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Sueli Menezes Pereira, Dr^a. (UFSM)
(presidente/orientadora)**

Roseane Martins Coelho, Dr^a. (UFSM)

Cristiane Ludwig, Dr^a. (UFSM)

Sapiranga, 30 de Novembro de 2013

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação que exercem sua profissão com amor e dedicação e principalmente que estão sempre inquietos com desafios diários e buscando na avaliação contínua um elo de aprendizagem com seu aluno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora orientadora Sueli Menezes Pereira que incansavelmente me auxiliou na busca de bibliografias e ajudou a delinear o caminho da pesquisa. Sua orientação foi fundamental para a conclusão deste trabalho e também veio a contribuir para o enriquecimento de meu conhecimento.

Agradeço a Secretaria de Educação e Cultura de Campo Bom, a qual permitiu a realização deste estudo em uma das suas instituições municipais escolares. Agradeço também a participação da equipe diretiva, professores e alunos da escola que autorizaram as entrevistas e contribuíram para o trabalho de campo desta pesquisa. Sem estes dois segmentos mencionados a cima não seria possível concretizar este estudo.

Agradeço a força divina que esteve presente em todos os momentos iluminando meu caminho frente aos desafios propostos que fortalecida pela fé, conclui o curso. A minha família que é a base da minha formação pessoal e sempre me apoiou, dando força e energia para chegar até o fim.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ENTENDENDO E COMPREENDENDO A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

AUTORA: ALINE DE MORAES

ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

Sapiranga, 30 de Novembro de 2013

Partindo do problema: Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom deve-se à utilização da avaliação formativa? Busca-se, nesta pesquisa, investigar se a avaliação formativa pode gerar um melhor desempenho na aprendizagem e na disciplina. Isto porque é significativa a importância de acontecer uma mudança na forma de avaliar na instituição escola. Através de estudo de caso, a pesquisa tem como lócus uma escola municipal da cidade de Campo Bom, RS, que tem como base ideias de gestão democrática. O trabalho estará dividido em quatro capítulos. O primeiro fazendo uma retrospectiva nos conceitos de avaliação, o segundo identificando característica da avaliação formativa o foco desta pesquisa, o terceiro buscando entender o papel da gestão escolar no contexto educativo e de avaliação. O quarto capítulo apresenta alguns resultados, os mais evidentes foram que através da gestão democrática a escola X construiu seu próprio sistema de avaliação formativa e a partir de seu funcionamento a disciplina voltou ao ambiente escolar, propiciando um espaço mais prazeroso, dinâmico e com diálogo para a aprendizagem.

Palavras-chave: Escola. Avaliação Formativa. Aprendizagem. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ENTENDENDO E COMPREENDENDO A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

AUTORA: ALINE DE MORAES

ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

Sapiranga, 30 de Novembro de 2013

Talking into account the following scenario: Are the good results of the municipal school X in Campo Bom due to the use of formative assessment? This research investigates whether the formative assessment can generate better performance in the significant change needs to happen in the institutions regarding assessment and evaluation. Through case study, the research took place in a municipal school in the city of Campo Bom/RS in which the ideas of democratic management are applied. The work is divided into four chapters. The first is about the concepts in evaluation and assessment. The second chapter is based on identifying characteristics of the formative assessment which is the focus of this research. The third part is about the educational context and in the evaluation and assessments. The fourth chapter shows some results, the most apparent was that through democratic management the school X built its own system of formative assessment and its application resulted in a considerable improvement in the behavior of the students, making the environment more dynamics and propitious to the learning process.

Keywords: School. Formative assessment. Learning. Democratic management.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Retrospectiva dos Conceitos de Avaliação	13
2.2 Avaliação Formativa	18
2.3 A gestão da Escola nos Processos Educativos e Avaliativos	22
3 METODOLOGIA	28
4 ANALISE.....	31
4.1 Contexto da Pesquisa.....	31
4.2 Instrumentos de Coleta:	32
4.2.1 Análise de Documentos	32
4.2.2 Entrevista com Equipe Diretiva:	34
4.3 Entrevista com Professores.....	35
4.4 Entrevista com os Alunos	41
4.5 Observação do Conselho de Classe	43
4.6 Construção de Resultados.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo surgiu por me sentir parte da construção na busca da qualidade da educação, tendo em vista que atuo como professora na rede de educação municipal de Campo Bom, desde 2008. Pude perceber que a escola que utilizava a avaliação formativa, passou a ter destaque na rede, através de bons resultados no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), sendo medalhista nas Olimpíadas Municipais, desenvolvendo um grande espetáculo teatral, envolvendo o inglês e por fim a postura que os alunos apresentam quando estavam em lugares públicos. Tudo isso me fez perceber, ou me inquietou sobre algo que ocorria de diferente naquela escola.

Tendo em vista esta temática, pretendo investigar se a avaliação formativa pode gerar um melhor desempenho na aprendizagem e na disciplina.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral compreender os caminhos utilizados para promover o modelo de avaliação formativa nos anos finais do ensino fundamental.

Partindo do objetivo amplo, listo as ações através dos objetivos específicos:

- Entender o que é avaliação formativa;
- Investigar como o professor atualmente, lida com a questão da avaliação;
- Compreender os métodos avaliativos utilizados pelo professor e a participação da gestão na estruturação deste tipo de avaliação;
- Analisar a aplicação da avaliação formativa no ensino fundamental;
- Investigar se o uso da avaliação formativa pode proporcionar melhor qualidade de aprendizagem e, com isso, gerar um aumento no índice final do IDEB.

Nesta perspectiva, a fim de entender realmente seu funcionamento na prática, esta pesquisa busca conhecer as ações da avaliação formativa e reconhecer se sua aplicação poderá promover melhores notas na Prova Brasil, já levantando a questão de que a Prova Brasil é igualitária não primando pela individualização do aluno.

O contexto de avaliação é amplo, por isso a escolha foi pelo Ensino Fundamental discutindo os modelos de avaliações. Assim, o problema pertinente para essa pesquisa se identifica no seguinte questionamento: Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom deve-se à utilização da avaliação formativa?

Diante deste questionamento e seguindo seus resultados a pesquisa poderá servir de base para outras escolas conhecerem a avaliação formativa discutirem sobre tal assunto e implementarem em suas instituições, sendo que esta avaliação pode ser utilizada em qualquer escola precisando ser adaptada a realidade de cada caso.

A avaliação formativa, segundo Blaya é: “[...] a forma de avaliação em que a preocupação central reside em coletar dados para reorientação do processo de ensino aprendizagem.” BLAYA (2004 apud OLIVEIRA, SOUZA E APARECIDA, 2008, p. 2388). Destacando o pensamento de Souza, Oliveira e Aparecida a avaliação formativa é um processo contínuo se transformando num instrumento que evolui, podendo ser modificada e repensada conforme as ações de aprendizagem. Oliveira defende que a avaliação formativa atua diretamente sobre o quanto o aluno aprendeu, isto é, o professor percebe no seu trabalho onde há falhas e procura se aperfeiçoar, após identificar seus erros, tornando as aulas mais atrativas e motivadoras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para apresentar o referencial teórico este capítulo se divide em três seções. A primeira faz uma retrospectiva de conceitos de avaliação, a segunda disserta especificamente sobre a avaliação formativa e a terceira argumenta sobre a importância da gestão escolar no processo educativo e avaliativo.

2.1 Retrospectiva dos Conceitos de Avaliação

A avaliação é uma prática muito antiga. Luckesi (2000 apud GASPARGASPAR e TONSO, 2010, pag. 1) afirma que desde o século XVI e XVII, os jesuítas publicaram em 1599, num documento denominado “*RatioatqueInstitutioStudiorumSocietatis Jesus*” (Ordenamento e Institucionalização dos Estudos na Sociedade de Jesus), que nas suas ações escolares aplicavam exames ao final do ano letivo. Também argumentam sobre a disposição dos alunos na sala de aula durante a realização dos exames, sentados separadamente e sem direito a consultar livros ou colegas.

Depresbiteris (1998 apud TONSO e GASPARGASPAR, 2010, pag. 2) cita Ebel referindo-se que em 2205 A.C. os chineses já utilizavam a avaliação como medida para testar a cada três anos os oficiais e assim darem o destino de promoção ou demissão aos homens. Nesta lógica, ficariam servindo ao Estado somente homens capacitados.

Nossa cultura de avaliação continuou com resquícios do passado, pois se utiliza de notas para classificar os melhores e os piores avaliados. No meio da educação escolar, os “melhores” seguirão em frente, já os “piores” voltarão para repetir o ano e, quem sabe, compreender o que deixou de aprender no ano anterior.

Segundo Fernandes:

Essa concepção é naturalmente incorporada em nossas práticas e nos esquecemos de pensar sobre o que, de fato, está oculto e encoberto por ela. Em nossa sociedade, de um modo geral, ainda é bastante comum as pessoas entenderem que não se pode avaliar sem que os estudantes recebam uma nota pela sua produção.(FERNANDES, 2007, p.19).

A avaliação é um dos processos do ensino aprendizagem e em tempos de tecnologia, informação em tempo real e globalização, devemos pensar em uma modernização no sistema escolar. Reconhecendo que a avaliação faz parte de um processo, Oliveira, Aparecida e Souza (2008) nos apontam a importância de avaliar não só o aluno, mas também o contexto escolar como um todo.

A avaliação da instituição escola pode vir a contribuir para uma gestão democrática e participativa, desenvolvendo a coletividade e buscar o entendimento dos pontos positivos e os pontos que necessitem uma melhora na instituição. Vislumbrando que a avaliação é um processo, Oliveira, Aparecida e Souza (2008), argumentam que: “(...) avaliar demanda refletir, planejar e atingir objetivos, tendo como propósito o entendimento que o ato avaliativo articula-se ao processo educativo, social e político” (p. 2385). Assim, abordando o processo avaliativo como um todo se tem também a importância de se avaliar a instituição que organiza a aprendizagem.

Através do Projeto Político Pedagógico da Escola, que deve ser construído coletivamente, a instituição pode buscar uma melhor organização interna e, desta maneira, orientar os profissionais da instituição para o processo de formação e avaliação dos estudantes.

A avaliação da instituição também pode ser o caminho para o diálogo com a comunidade, assim se constituindo laços fortes para a busca de melhorias na escola. Segundo Fernandes e Freitas: “Pode envolver ainda a obtenção de uma melhor articulação com a comunidade local, ou a luta por demandas a serem feitas ao poder público e que sejam vitais para o melhor funcionamento da escola.” (Fernandes, Freitas, 2007, p. 38).

O processo de avaliação deve ser legitimado no Projeto Político Pedagógico da Escola, sendo este documento a base política de um processo de coletividade, indicando que a avaliação é mais ampla do que somente o professor e aluno.

Segundo Fernandes e Freitas:

Se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular. (FERNANDES e FREITAS, 2007, p.18).

A avaliação, como explanada pelos autores acima, tem etapas de processo individual e também coletivo. Ela ocorre em três esferas na escola: avaliação das aprendizagens dos discentes, avaliação da instituição (como explanada anteriormente) e avaliação do sistema escolar.

Segundo Vasconcelos (1998), a avaliação do sistema escolar é algo muito mais complexo que se imagina. Passa pela obtenção de uma Política Educacional, ampla, séria e comprometida em atender as necessidades das camadas populares da sociedade. O autor destaca algumas medidas que poderiam ser revistas a ponto de buscar melhorias na educação:

[...] mais escolas; mais vagas; mais tempo na escola; melhor formação para os professores; mais verbas e melhor aplicação dos recursos; diminuição da rotatividade dos professores; melhor remuneração para os professores; diminuição do controle burocrático; maior autonomia pedagógica e administrativa para as escolas, de tal forma que os professores e diretores se sintam responsáveis pelo desempenho dos alunos [...] (VASCONCELOS, 1998, p.84 e 85).

Se realmente os segmentos envolvidos no processo escolar se mantiverem atentos e abertos à mudança e na prática acontecer, pode-se buscar um novo projeto comum de escola e cidadania, garantindo uma efetiva aprendizagem aparecendo os reflexos na sociedade.

A avaliação da aprendizagem dos alunos é o processo que pode utilizar diversos instrumentos envolvendo docente e discente. Na avaliação da instituição prevalece o coletivo dos profissionais, que juntos guiam a construção de um Projeto Político Pedagógico, que visa organizar a instituição escolar. Ainda no contexto de avaliar, a avaliação do sistema escolar é de responsabilidade do poder público, que pode ser feita particularmente ou de uma rede. Não pode faltar neste tipo de avaliação a ação do Conselho de Educação, seja ele Estadual ou Municipal, considerando que os Sistemas de Ensino se consolidam pela ação dos Conselhos de Educação que têm função normativa e fiscalizadora.

Assim Fernandes e Freitas 2007, afirmam a importância de administrar o processo de avaliação nas três esferas: “Esses três níveis de avaliação não são isolados e necessitam estarem em regime de permanentes trocas, respeitados os

protagonistas, de forma que se obtenha legitimidade técnica e política.” (Fernandes e Freitas, 2007, p.18)

As mudanças na sociedade estão acontecendo cada vez mais rapidamente e, nesta perspectiva, a escola, uma instituição que trabalha com a formação do ser humano, também precisa se modificar para que o educando possa crescer no conhecimento de modo a reunir a teoria e a prática, a ciência e a técnica e a escola não mais seja uma instituição reprodutora de saberes, em geral dissociados da realidade, acrílicos, descontextualizados.

A seguir uma explanação sobre a avaliação somativa, mais utilizada no passado e diagnóstica sendo está uma união positiva para a avaliação formativa, reconhecendo as características individuais de cada uma.

A avaliação somativa caracteriza-se por ser realizada ao final de um período ou ciclo. Apresenta-se em propostas tradicionais (provas e testes). Segundo Gil “é uma avaliação pontual, que geralmente ocorre no final do curso, de uma disciplina, ou de uma unidade de ensino” GIL (2006 apud OLIVEIRA, SOUZA e APARECIDA, 2008, p. 2389). Assim, Oliveira, Souza e Aparecida, afirmam que “[...] a avaliação somativa atrela-se diretamente a função classificatória, tendo como propósito verificar se os objetivos elencados no planejamento foram alcançados.” (Oliveira, Souza e Aparecida, 2008, p. 2389).

A avaliação somativa, remete a um sistema excludente, tendo por base principalmente nota de prova. Este sistema tem em sua essência o discurso de uma sociedade com formação na elite, onde a desigualdade social acentua-se a partir de avaliações como essa. Segundo Vasconcelos (1998), para o mundo financeiro capitalista não importa a escola como instituição social voltada para a formação da cidadania. O que importa é que a escola forme a mão-de-obra qualificada para a produção, mas sem ter qualificação acima de seus patrões. Desta forma, não há uma aprendizagem efetiva, pois a mesma está desligada da criticidade e da formação da cidadania.

Este foi o modelo de avaliação que prevaleceu nas políticas educativas do período do golpe civil-militar de 1964 no Brasil e que ainda, de certa forma, prevalece como modelo único de avaliação em nossas escolas. Bastava uma prova ao final do bimestre, ou mês, ou semestre para aprovar ou reprovar o aluno. O importante era a nota e não a aprendizagem. O que valia nesta lógica era a avaliação de produto e não a de processo.

Numa perspectiva diferente da avaliação somativa a avaliação diagnóstica busca verificar o entendimento da aprendizagem anterior do aluno. Para Oliveira, Souza e Aparecida, “[...] o papel da avaliação diagnóstica, objetiva investigar os conhecimentos anteriormente adquiridos pelo educando, propiciando assim, assimilar conteúdos presentes [...]” (Oliveira, Souza e Aparecida, 2008, p. 2387). A avaliação diagnóstica é destinada a encontrar em que nível de aprendizagem o aluno está, se configurando através de um diagnóstico para a compreensão do andamento da produção do conhecimento. É onde o professor conseguirá perceber as causas das dificuldades do aluno e assim poder traçar ações para sanar as mesmas. A avaliação faz parte do processo, por ser uma avaliação contínua, dentro da realidade do aluno na concepção de aprendizagem e de crescimento pessoal.

A autora Melchior (2003), argumenta que este tipo de avaliação é feito para ajudar a aprender, pois não se limita a dizer o que o que o aluno já sabe, mas mostra o caminho para ser seguido com a aprendizagem, partindo dos conhecimentos anteriores do educando. Esta avaliação possui fortes aspectos de formativa, assim:

Quando a avaliação se preocupa não só com as causas externas ao processo, mas, sobretudo, com as causas internas, com as variáveis vinculadas diretamente ao processo, ela se torna formativa. Assim, a função diagnóstica da avaliação formativa não poderia ser apenas pedagógica, visando melhorar os resultados, mas sim, uma possibilidade de investigar, com profundidade quais as causas das dificuldades. (MELCHIOR, 2003, p. 46)

A partir do momento que há um diálogo entre avaliado e avaliador o processo de avaliação passa na percepção de diagnóstica, observa, analisa e pesquisa buscando alternativas para as dificuldades do aluno permitindo a reconstrução da aprendizagem.

Considerando que o foco desta pesquisa é a avaliação formativa, trataremos desta modalidade no próximo capítulo.

2.2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa é uma opção de mudança no ambiente escolar, partindo do ponto que ela não avalia o momento, o agora e nem unicamente com provas, mas sim avalia o processo contínuo de aprendizagem. Assim:

[...] avaliação formativa diz respeito à construção da autonomia por parte do estudante, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender. Ou seja, a avaliação formativa, tendo como foco o processo de aprendizagem, numa perspectiva de interação e de diálogo, coloca também no estudante, e não apenas no professor, a responsabilidade por seus avanços e suas necessidades. (FERNANDES e FREITAS, 2007, p. 22).

Por ser formativa, tem a função de formar, assim tem uma caracterização útil para o prosseguimento da aprendizagem, já que aluno e professor, descobrindo as dificuldades, fica mais fácil traçar o caminho para supri-las.

É significativa a importância de acontecer uma mudança na instituição escola, pois levando em consideração a vivência do aluno, a avaliação torna-se uma aliada para o professor replanejar seu trabalho e buscar novas alternativas de dinâmicas pedagógicas. Isto porque o aluno constrói novos conhecimentos com base no que ele já vivenciou. Ou melhor, suas experiências de vida confrontam com seu ato de aprender.

A autora Hoffmann, nos lembra de que o meio onde o aluno está inserido e suas vivências devem ser levadas em consideração no processo de ensino aprendizagem. Assim: “O aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações.” (Hoffmann, 2006, p. 41). Segundo a autora as avaliações deveriam valorizar mais o ser social aluno.

A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo e não medida pelo efeito do agora e deve ser o resultado de uma produção de conhecimento entre professor e aluno, como explicam Freire e Shor:

A educação é muito mais controlável quando o professor segue o currículo padrão e os estudantes atuam como se só as palavras do professor contassem. Se os professores ou os alunos exercessem o poder de produzir conhecimento em classe, estariam então reafirmando seu poder de refazer a sociedade. A estrutura do conhecimento oficial é também a estrutura da autoridade social. (FREIRE e SHOR, 1987, p.21)

Sob esta ótica, fica explícito o ponto de que aconteça uma modificação na visão do professor assim como uma adequação de planejamento, considerando que a avaliação não é um ato isolado. Ela é o processo inteiro do ato de aprender e “a motivação faz parte da ação. É um momento da própria ação. Isto é, você se motiva à medida que está atuando e não antes de atuar.” (Freire e Shor, 1987, p.15). Assim o aluno precisa fazer parte do processo ensino aprendizagem para se sentir motivado a aprender e conseqüentemente mostrar resultados do conhecimento construído.

A avaliação que é desenvolvida com o efeito de punir o aluno remete à avaliação classificatória, característica que se evidencia na avaliação somativa, visto que a mesma não apresenta característica qualificativa. Mostrando não ser útil para preparar o aluno à competitividade e responsabilidade que a sociedade atualmente exige do cidadão, torna-se apenas uma exigência para um modelo de educação que se destina a cumprir normas dentro dos muros da escola, sem função de aprendizagem com enfoque em desempenho social.

Tentando gerenciar a situação frente ao corpo docente, um dos caminhos pode ser a escola propiciar um espaço para reflexão e discussão da prática avaliativa no seu dia-a-dia. Hoffmann argumenta:

[...] respeito à sensibilidade do professor significa favorecer oportunidade de trocar ideias e discutir o seu cotidiano com outros colegas, oportunizar o tempo para reflexão e estudo de forma a repensar suas ações e entendê-las[...] (HOFFMANN, 2006, p. 144).

Em contrapartida a avaliação já possui o caráter de um processo qualificativo, já que ela permite perceber a mudança no processo de aprendizagem do aluno pelo ontem, pelo agora e pelo o que ela buscar no amanhã.

O processo avaliativo é de extrema importância para o professor entender as variantes desse processo, tomando consciência de sua própria ação de modo a tomar uma posição e buscar modificar-se frente à avaliação, como indica Lukesi:

[...] à avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que acontecerá depois com o educando, na medida em que a avaliação da aprendizagem está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; daí ela ser diagnóstica, permitindo a tomada de decisões para a melhoria; e, conseqüentemente, ser inclusiva, enquanto não descarta, não exclui, mas sim convida para a melhoria. (LUKESI, 2005, p. 02)

Neste contexto, Domingos Fernandes, observa a necessidade de mudanças na forma de avaliação. Sugere em seu artigo intitulado “Avaliação Formativa Alternativa” publicado na Revista Portuguesa de Educação (2006), que a avaliação deve ser formativa por ajudar a melhorar a qualidade de ensino e alternativa, por ser diferenciada da Avaliação Behaviorista. Fernandes defende que a Avaliação Formativa Alternativa, se realizada corretamente desempenha um papel de feedback muito importante para o aluno, que deverá ser informado do que efetivamente aprendeu e do que deverá fazer para superar suas dificuldades.

Segundo Santa, até na década de 80 predominava nas escolas, as concepções behavioristas de aprendizagem, que utilizavam uma avaliação fundamentalmente técnica, baseada em quantificar resultados.

[...] as aprendizagens desenvolviam-se de forma sequencial e hierárquica; os testes devem ser utilizados com frequência, garantindo o conhecimento de um assunto, antes de se passar para o seguinte.” (SANTA, 2011, p. 1).

Este era o entendimento de avaliação desenvolvido na perspectiva behaviorista, na qual se fundamenta a avaliação somativa.

Compreendendo que a avaliação behaviorista tem sua raiz fundamentada na prática da exclusão, se partir do ponto de que o aluno deve ir bem em provas para

conseguir sua nota de demonstração de aprendizagem, já identificamos a diferença da avaliação formativa, que une-se a avaliação diagnóstica e busca a avaliação contínua do processo de aprendizagem do aluno identificando suas dificuldades e propondo ações para sanar as mesmas.

Sabendo que o aluno, ser social, inicia sua caminhada na escola com uma bagagem de experiência de vida, o planejamento do professor também deve dialogar com esta situação. A troca de vivências que são influenciadas pelo meio social pode ser uma nova maneira de dialogar com colegas e construir caminhos para uma aprendizagem com qualidade, alicerçada na realidade e não alienante. Desta mesma forma a avaliação também deve contemplar o que o aluno já sabe, mesmo que este saber não tenha embasamento científico. Loch argumenta:

Assumir a diferença, a heterogeneidade como valor, como riqueza, tem um novo sentido ético, pois ela nos potencializa para agir socialmente. A qualidade da avaliação passa a estar em sua capacidade de diálogo ao indagar, investigar, refletir sobre os percursos, processos, procedimentos na produção de conhecimento, contribuindo na criação de meios que auxiliem na superação de limites encontrados nessa produção, e não como algo a ser medido na busca do que todos devem alcançar (LOCH, 2000, p. 01)

Também reconhecemos que o tempo da aprendizagem é diferenciado em cada ser humano, este sendo mais uma variável a se levar em consideração quando buscamos entender sobre a avaliação na qualidade da aprendizagem.

Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico e avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições são obras de Cipriano Luckesi, que tem como foco que avaliação é uma prática de investigar a qualidade do que está ocorrendo, tendo em vista, se necessário, intervir para que seja melhor, tendo enfoque na avaliação formativa.

O processo de avaliação formativa deve ser construído coletivamente e constar do Projeto Político Pedagógico da instituição, se concretizando na identificação de professor e aluno, aluno e professor. Assim sendo, é o caminho para romper as dificuldades cognitivas do aluno, sendo um processo contínuo e reconhecendo sua interação com o meio social, qualificando o aluno como cidadão. Segundo Melchior (2003):

[...] a avaliação formativa é aquela que se coloca a serviço do fim que lhe dá sentido: torna-se um elemento e um momento determinante da ação educativa, propõe-se a contribuir para a evolução do aluno. Inscreve-se e deixa de ser, simplesmente, uma operação de controle externo. (MELCHIOR, 2003, p. 49)

A avaliação formativa pode ser vista como aquela que informa ao professor e ao aluno o que precisa ser revisto, favorecendo o desenvolvimento daquele que aprende.

O capítulo II teve como objetivo de mostrar as características da avaliação formativa diferenciando-a de outros tipos de avaliação. Também evidenciou diferentes pontos de vista a fim de contemplar sua identificação no processo escolar.

Reconhecendo a importância da gestão escolar no desenvolvimento dos projetos e estratégias pedagógicas, o próximo capítulo explicará a influência da gestão nos processos educativos e avaliativos.

2.3 A gestão da Escola nos Processos Educativos e Avaliativos

Entendemos a gestão escolar como base para o trabalho pedagógico e, neste caso, percebemos a importância de uma gestão democrática para a funcionalidade da avaliação, já que esta tem entre suas funções, apoiar incentivar e auxiliar o trabalho pedagógico do docente. A gestão democrática possibilita igualdade de aprendizagem e interação social, construindo um ser atuante e crítico, participativo no seu processo de aprendizagem, tendo uma relação com a avaliação formativa e seu desempenho.

Na obra “Avaliação – Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar”, o autor Celso Vasconcellos (1998) aponta os problemas referidos à avaliação, fazendo menção para novos caminhos que se propõem a abrir os horizontes para a transformação em seus procedimentos. Segundo o autor, a escola precisa mudar para que realmente se atinja os objetivos na construção de uma nova sociedade participativa e inovadora. Assim a escola deve: “[...] buscar a gestão transparente e participativa” (p. 85), lutar para concretizar o vínculo de aproximação com a comunidade, ter um espaço de reflexão coletiva para os educadores e ainda buscar a aproximação do discurso com a prática.

Outra maneira de se abordar sobre a necessidade de mudança na avaliação está ligada a ideia de Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade, explanada e defendida por Jussara Hoffmann. A autora argumenta que a escola é um agente social e que a avaliação é uma das partes integrantes da formação do ser social.

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96- evidencia a obrigatoriedade de busca de novas alternativas para a avaliação do aluno e seu contexto escolar. Nesta perspectiva, a gestão escolar tem como uma das suas atribuições comprometer-se com o processo de aprendizagem do aluno, sendo que este envolve diretamente a avaliação.

Libâneo defende uma prática de gestão e organização escolar que visem pela formação de cidadãos participativos, transformadores da sociedade em que vivem, tendo a função de desenvolver as potencialidades físicas, afetivas e cognitivas do aluno.

De fato vários autores comprovam e afirmam a tese de que escola bem gerida e organizada contribui para o processo de aprendizagem do discente. Segundo Libâneo:

Poder-se-ia, por exemplo, afirmar que uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas para o bom desempenho de professores e alunos em sala de aula, de modo a se obter o sucesso na aprendizagem. (LIBÂNEO, 2007,p. 02)

Chamamos a atenção para o importante papel de ligação da gestão escolar com as metas e os processos político-educacionais e sua efetiva realização na atividade escolar. Portanto, é possível pensar a gestão escolar como um espaço de favorecimento de encontro de ações do Estado e a sociedade civil na escola.

A LDB 9394/96, organiza o Sistema de Educação no Brasil. Dentre vários assuntos ela nomeia as atribuições do poder municipal, estadual e federal. O artigo 2º da LDB 9394/96, se refere à responsabilidade da família e do Estado em preparar os futuros cidadãos conscientes e críticos.

No artigo 4º, além da obrigatoriedade do ensino fundamental e sua oferta gratuita, o inciso IX, traz referencia aos “padrões mínimos de qualidade de ensino”

(LDB 9394/96). Na disposição desse mesmo artigo ainda se expõe sobre o ensino especializado para alunos com necessidades especiais, oferta de ensino regular noturno e programas suplementares, no ensino fundamental, como transporte e alimentação para, através de todos estes mecanismos atingir-se uma educação de qualidade social.

Segundo Dourado (2007), a qualidade da educação que tanto se busca atualmente será obtida por um conjunto de ações financeiras, pedagógicas, de recursos que envolvem muito mais que a oferta gratuita e a permanência do aluno na escola básica. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9):

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula.

Além dos recursos técnicos, materiais e financeiros, o processo coletivo através da gestão democrática é um fator determinante para a busca na qualidade da educação. Do artigo 12 aos 16 da LDB 9394/96, podemos encontrar caminhos para uma gestão democrática, envolvendo a família com a escola, a construção de um projeto pedagógico com a participação de todos os representantes da comunidade escolar, desenvolvendo autonomia pedagógica, administrativa, bem como administrando a questão financeira.

O inciso V do artigo 24 da LDB/96 determina que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

É importante salientar as determinações da alínea “a” do inciso V do art. 24 da LDB/96, considerando que o mesmo salienta a importância da qualidade sobre a quantidade, bem como a importância do processo sobre o produto, ou seja, os resultados do ano letivo sobre os das provas finais, desvinculando o processo avaliativo de qualquer perspectiva classificatória ou somativa.

Neste prisma, o artigo 24, inciso V da LDB 9394/96, investe na busca de uma avaliação continuada e preocupada em buscar a qualidade na educação, o que deverá ser motivo de reflexão sobre o entendimento de qualidade, ou seja, qualidade para a formação da cidadania, de sujeitos ativos, críticos e comprometidos com a transformação social e não com a reprodução da sociedade excludente em que vivemos.

A escola tem sido coadjuvante da exclusão social, tanto pela legislação, quanto pela ação das próprias escolas. Isto ficou evidente no período do golpe civil-militar, cuja legislação garantiu obrigatoriedade apenas dos sete aos 14 anos. Os demais ficaram excluídos. Também foi excludente ao setorizar o conhecimento e cobrar memorização em provas e não a construção do conhecimento. Isto ficou evidente com a avaliação somativa ali praticada.

Por sua vez, a divisão do trabalho também ficou explícita com a criação dos chamados especialistas em educação, o que hoje se configura no que se denomina de “equipes diretivas”. Com isto se criou uma divisão entre chefes e professores, bem como apartou os demais membros da comunidade escolar.

A partir dessas considerações, Melchior (2003) aponta que já se tem uma grande expectativa de mudanças quanto à equipe diretiva, aí incluído o corpo docente, considerando que, em um processo de gestão democrática, todos são gestores, sendo responsáveis pela construção de uma identidade para a escola que responda pelos interesses sociais. Nesta perspectiva, a escola deverá buscar criar estratégias para ação inter ou transdisciplinar, visando uma integração entre as diversas áreas do conhecimento e entre variáveis níveis de aprendizagem. Estas medidas podem levar o professor a mudar sua percepção trocando sua fala de “minha aula, e minha disciplina” para “nossas aulas” (MELCHIOR, 2003, p.34), assim buscando um desenvolvimento geral das habilidades e competências da aprendizagem.

No artigo 24 inciso V da LDB 9394/96, percebemos a preocupação em estabelecer a importância de uma avaliação continuada, tendo como objetivo

alcançar qualidade na aprendizagem e amparar o direito de o aluno com dificuldades de aprendizagem ser assistido durante o ano letivo, podendo reconhecer seus erros, trabalhar suas limitações, aprimorando seus conhecimentos com estudos de recuperação.

A autora Michels (2006), esclarece sobre a movimentação mundial na década de 90, em buscar uma educação de qualidade, em desenvolver uma educação para todos construindo uma gestão democrática e descentralizada. Diz a autora:

Nessa perspectiva, a escola deve (re) organizar-se tendo a flexibilização como diretriz. Esta se expressa no currículo, na avaliação, na arrecadação de recursos, na formação de professores, entre outros elementos que dão contornos à organização escolar. (MICHELS, 2006, p.420)

Para este processo de avaliação formativa se consolidar, como já destacamos anteriormente, o papel da família, o entendimento do aluno, o envolvimento de todos da instituição escola, são elementos muito importantes.

Loch (2000) ressalta a importância de a escola ser um espaço que tenha lugar o diálogo. As trocas da convivência, da relação aluno e aprendizagem devem ser constantemente retomadas em reuniões pedagógicas afim de não se perder o foco e o entendimento da avaliação formativa. Para exemplificar este lugar de diálogo, Loch explicita espaços tais como:

[...] o conselho de ciclo, assembleias gerais de cada segmento, de todos os segmentos juntos, dos serviços da escola, de reuniões pedagógicas, do conselho escolar. Esses são alguns exemplos de movimentos ricos que poderão acontecer na escola. Outros poderão ser criados a fim de que possamos construir uma nova ética na avaliação. (LOCH, 2000, p. 03).

Desta forma reafirmamos a necessidade de uma gestão democrática que vise trabalhar com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, tornando um processo articulado e flexível suscetível a mudanças, conforme a necessidade do aluno.

O próximo capítulo irá mostrar os dados coletados nas entrevistas com os professores e alunos e também um apanhado do funcionamento do conselho de

classe, sendo este observado no final do 2º trimestre do presente ano. Com embasamento nos dados obtidos nas entrevistas encerraremos o capítulo com as considerações finais.

3 METODOLOGIA

A gestão escolar em uma perspectiva democrática, com abrangência micro, discute e revê situações internas tanto de caráter administrativo-pedagógicas como financeiras, tendo como atores envolvidos, professores, alunos, pais, direção, funcionários da escola e comunidade que esteja geograficamente perto e envolvida com as atividades escolares. Neste contexto, tendo como objeto de estudo a avaliação no ensino fundamental, anos finais, numa Escola municipal na cidade de Campo Bom, RS. nos valem de pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, utilizando como instrumento de coleta de dados a observação, os registros das aulas, assim como entrevista.

A abordagem qualitativa, utilizada para realização deste estudo, quer mostrar uma ampla investigação, usando falas de pessoas e dados obtidos na observação direta.

Segundo Minayo (1994), a abordagem qualitativa busca através da concretização da realidade, entender o envolvimento do ser humano com outros e sua interação com o meio. Desta maneira é uma análise de processos, motivos ou aspirações que tentará compreender o totalizador do fenômeno através das ações humanas não se interessando em medir ou adquirir médias numéricas.

Explanando sobre o tipo de pesquisa Estudo de Caso, Yin (2001, p.32) o define como “[...] uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Assim o estudo de caso se configura por uma investigação de algo singular e distinto, tendo em si um interesse próprio. No caso deste estudo que tem como foco a avaliação formativa na escola X municipal que atende alunos do 1º ao 9º ano no município de Campo Bom/RS, busca-se identificar suas características, sua aplicação e seus resultados no contexto em pauta.

Para a coleta de dados a entrevista será fundamental, considerando que através da entrevista espontânea poderemos guiar perguntas, mas ao mesmo tempo o entrevistado também poderá dar sua opinião, não usando uma sequência de perguntas prontas, mas sim abordando o assunto numa conversa onde percepções e interpretações sobre o assunto podem contribuir com evidências para o estudo de caso. Segundo Yin (2001, p.112): “É muito comum que as entrevistas, para o estudo

de caso, sejam conduzidas de forma espontânea. Essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes-chaves sobre os fatos de uma maneira, quanto peça a opinião dele sobre determinados eventos.” Para Gil (2002) esta maneira de entrevistar espontaneamente pode também ser chamada de “entrevista informal”. As entrevistas virão para corroborar dados da pesquisa adquiridos através de outros instrumentos, tais como a observação e serão realizadas com dez professores, de diferentes disciplinas da escola foco desta pesquisa. A entrevista é uma fonte muito importante para a pesquisa, pois segue a linha das vivências e relações humanas.

Como base nesta estruturação metodológica, busca-se compreender os passos para a implementação da avaliação formativa utilizada pelo docente. Além da entrevista e da observação de um conselho de classe, solicitar-se-á aos alunos o preenchimento de uma planilha referente a atitudes e empenho deste, como mostra e ensina Maria Celina Melchior (2003):

A figura 1 demonstra um modelo de planilha que poderá ser utilizado para referir as atitudes do aluno praticadas no processo de avaliação formativa.

Nome do aluno	SIM	NÃO	Observação
Demonstra empenho nas atividades?			
Entrega trabalhos na data proposta?			
Participa oralmente nas aulas?			
Tem bom relacionamento com colegas e professor?			
Realiza as tarefas em aula?			
É assíduo?			
Realiza trabalhos individuais com tranquilidade?			
Consegue realizar tarefas em grupo atuando?			
Busca ajuda quando sente dificuldade com o conteúdo?			
Realiza as atividades relativas aos deveres para casa?			

Figura 1 – Tabela de Avaliação Formativa - Autoria Própria.

A coleta de dados será feita com os professores de dois anos distintos: de 6ºano e 9º ano, para também observar se existe diferença para a aplicação da

avaliação formativa no 6º ano e no 9º ano, entre a faixa etária de 11anos a 15 anos da Escola de Ensino Fundamental X.

Será de suma importância identificar o crescimento intelectual, emocional e a interação social do aluno e perceber se o professor modificou sua postura frente à avaliação, assimilando e utilizando da avaliação formativa.

Tendo, portanto, como foco a avaliação formativa, este trabalho divide-se em quatro capítulos. O capítulo I trata da avaliação na tentativa de uma conceituação da mesma nas três esferas na escola: avaliação das aprendizagens dos discentes, avaliação da instituição e avaliação do sistema escolar. O capítulo II aborda o foco central em explicar o que é a avaliação formativa. O capítulo III busca entender a importância da gestão escolar no processo de avaliação. E por fim o capítulo IV traz a pesquisa de campo agregada às considerações finais.

4 ANALISE

4.1 Contexto da Pesquisa

A escola X, na qual realizamos a pesquisa, é da rede municipal, atende alunos de 1º ao 9º anos num total de 600 discentes divididos em 25 turmas nos turnos manhã e tarde. Esta se localiza no município de Campo Bom e, em 2012, completou 50 anos de funcionamento.

O corpo docente é formado por 45 professores, uma diretora, uma vice-diretora, duas coordenadoras pedagógica, professora substituta, duas professoras bibliotecárias, uma professora do Laboratório de Informática, uma professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e quatro professores de SAP (Serviço de Apoio Pedagógico- reforço escolar), duas estagiárias auxiliares de turma, uma secretária, uma auxiliar de secretaria, duas merendeiras e três funcionários para serviços gerais de limpeza.

A situação familiar é muito variada, pois existem muitas famílias de pais separados e filhos que moram com o pai ou só com a mãe, ou ainda com avós, tios, etc. e, segundo consta no PPP da escola, são famílias em sua maioria de classe média baixa.

Frequentam a escola alunos com deficiência auditiva, visual, deficiência intelectual, deficiência motora e com altas habilidades acadêmicas e produtivo criativo.

Em um primeiro momento fizemos uma leitura do Projeto Político Pedagógico da escola que, segundo Luckesi, este é a base para uma mudança na avaliação, assim:

Um projeto pedagógico que sustente uma prática de avaliação tem na sua base a crença de que o ser humano é um ser em desenvolvimento, um ser em construção permanente. A avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, portanto subsidiária de um processo, de um movimento construtivo. (LUCKESI, 2005, p.4)

4.2 Instrumentos de Coleta:

Este subcapítulo apresenta os instrumentos de coleta de dados da pesquisa que serão: análise de documentos, entrevista e observação de conselho de classe.

4.2.1 Análise de Documentos

Na leitura do PPP, obtivemos alguns dos dados acima já mencionados da escola e também a explicação da avaliação formativa, como segue:

Pensando no crescimento pessoal dos alunos, a escola adota o seguinte sistema de avaliação: **80%** da nota será de conhecimento (o quanto o aluno demonstra ter adquirido de aprendizagem) e **20%** formação (empenho, responsabilidade e respeito). Sendo assim o aluno inicia o trimestre com nota 20, podendo perder pontos se não cumprir os itens abaixo que serão analisado por todos da escola (direção, coordenação, professores, bibliotecária, informática e funcionários) durante o Conselho de Classe. Este processo de avaliação esta amparado pela Lei nº 9394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20/12/96, artigos 22, 24, 27 e 32. (ESCOLA X PPP, 2012, P. 31)

Como citado anteriormente, a divisão nos pontos da avaliação do aluno, o PPP detalha maiores informação sobre cada item dos 20% da parte da formação. No item do empenho o professor avalia o interesse através da disposição em executar as tarefas, da rapidez em iniciar logo a trabalhar assim que o docente propõem a atividade e ainda a postura do aluno em contribuição para resolver problemas e buscar soluções.

O segundo item mencionado no PPP relativo à avaliação formativa é a responsabilidade que avalia a entrega de trabalhos e tarefas em dia, a realização dos temas de casa, a assiduidade e se o aluno traz os materiais solicitados para aula.

O terceiro foco da avaliação formativa é correspondente ao respeito. Segundo o PPP p. 31, o respeito refere-se ao patrimônio público exigindo do aluno total cuidado e zelo, as normas de convivência da escola e as pessoas sem permitir agressão verbal ou física.

Após em conversa com a equipe diretiva sobre o funcionamento da avaliação formativa pudemos perceber que todo o processo se faz sob a ótica de atitudes.

Segundo Melchior a avaliação das atitudes basicamente se dá através da observação. A autora destaca:

Para facilitar ao professor, estudar e analisar os comportamentos observados, ele necessita deter-se nos três componentes de uma atitude: cognitivo, afetivo e a tendência à ação. (...) A principal técnica para a avaliação das atitudes é a observação (...). Durante a aula, o professor percebe a atitude do avaliando, nas suas relações com ele e com o grupo, ou no corredor, quando encontra o diretor da instituição ou a pessoa que faz limpeza da escola; nas suas contribuições, nas discussões com o grupo; frente à preposição das tarefas; na realização de uma pesquisa de campo; na visita à biblioteca; em relação a tarefa e aos comentários que faz sobre os mesmos, etc. (MELCHIOR, 2003, p. 92).

Frente a esta citação, pudemos perceber que a descrição da avaliação formativa contida no PPP da escola X, é defendida pela autora citada, porém acreditamos que esta observação das atitudes que tem o foco no ser humano como um todo, abrangendo os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, precisa ser muito bem registrada, através de tabelas, registros escritos individuais ou caderno de acompanhamento de cada aluno, para que estas informações possam ser repassadas aos pais e ainda utilizadas na nota do aluno ao final do trimestre.

A avaliação é um processo no qual educador e educando refletem sobre sua atuação, para que ambos se modifiquem, aprendendo mais sobre si mesmos e sobre a realidade. Supõe-se a busca permanente de percepção das potencialidades, superação das dificuldades e acompanhamento do educando na sua trajetória de construção do conhecimento através de novas alternativas e desafios. A atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados. É necessária a utilização de várias estratégias de avaliação para uma expressão mais fiel das evidências do crescimento do aluno, tais como: observações diárias, registro individualizado e sistemático, auto avaliação, trabalhos individuais e coletivos, testes, etc. A avaliação acontece de forma contínua, sistemática e cumulativa, por meio da interpretação qualitativa do conhecimento pelo aluno. Tendo estas questões como base, desenvolveu-se a pesquisa na Escola X.

4.2.2 Entrevista com Equipe Diretiva:

A pergunta inicial feita a coordenadora pedagógica da unidade escolar foi: Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom deve-se à utilização da avaliação formativa? Justifique.

Resposta: Sim. O que existe aqui na escola e é o principal para funcionar a avaliação formativa é a cobrança conjunta de todos os envolvidos na avaliação, obrigando todos os envolvidos a ter registro e ter cobranças. A união na cobrança construiu esse senso de responsabilidade nos alunos. Necessitamos registros bem feitos pelos professores. Os pais exigem a comprovação do professor, com o dia, caso o filho não tenha feito um trabalho. Os alunos sempre testam os professores tentando burlar as regras da escola neste processo de avaliação, principalmente quando estes são novos na instituição. Existe um auxílio dos professores antigos para com os novos.

Em complementação a esta questão a diretora da escola fez questão de contar que antes da utilização deste tipo de avaliação muitos professores estavam desmotivados e pedindo transferência, pois os alunos sempre tinham razão e usavam o jargão “faço as atividades se eu quiser”, deixando o professor sem autoridade e a indisciplina tomava conta das salas de aula, corredores, banheiros e pátio. “Assim, após a implantação da avaliação formativa, que já fazem quatro anos, que teve a construção dos itens a serem avaliados em conjunto com os professores, notamos a diferença na postura dos alunos e felicidades dos docentes em trabalhar nesta escola.”

O clima na escola mudou. O desânimo dos professores transformou-se em uma maior motivação. Pode-se dizer que o bom humor que se criou a partir da implantação dessa modalidade de avaliação passou a ser uma constante entre professores e alunos.

A questão do “bom humor”, ser um fator positivo no dia a dia da escola foi abordado por Freire e Shor (1987), que argumentam que o humor dá sentido de realidade a aprendizagem aproximando professor e aluno unindo ao conteúdo da sala de aula, em outras palavras “a sala de aula descolorida não satisfaz ao professor nem ao aluno.” (FREIRE E SHOR, 1987, p. 195)

Como próximo passo, após ter conhecimento do PPP da escola e ter a explanação da coordenadora pedagógica e diretora, realizamos a entrevista

espontânea com professores. Iniciamos com três perguntas bases onde a partir delas eles colocaram seu ponto de vista sobre o funcionamento da avaliação formativa na escola X.

4.3 Entrevista com Professores

A professora A, graduada em Artes e Letras, trabalha na escola há 10 anos e participou da implantação deste sistema de avaliação desde o início através de reuniões com equipe diretiva, com alunos e pais, a fim de, juntos, haver a construção das regras da escola e também os pontos-chaves a serem destacados na avaliação formativa. Por ter a formação adequada, atuou nove anos como professora de Artes e, atualmente, como professora de Português.

Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom devem-se à utilização da avaliação formativa? Justifique.

Resposta: Acredito que sim. A responsabilidade suscitada na avaliação formativa é muito grande, os alunos passaram a ter um melhor rendimento. Preocuparam-se em entregar trabalhos pontualmente e isso refletiu nas notas de conhecimento. Na grande maioria os alunos possuem consciência em manter os 20 pontos da avaliação.

Quais são os itens criados pela equipe da escola, que você mais utiliza no seu cotidiano com a avaliação formativa? De que forma você organiza os registros da avaliação formativa?

Resposta: Todas as regras criadas com os alunos e todas as outras impostas anteriormente. Mesmo assim noto que algumas regras são transgredidas mais frequentemente. Uso planilhas uma por aluno anual, porém as anotações divididas nesta são por trimestre. São registros de observação de comportamento e de rendimento.

A professora deixou claro que o papel da equipe gestora é uma mediação de diálogo, pois ela conduz os alunos à reflexão e a construção de novas regras e a conscientização sobre as necessidades de novas regras a serem obedecidas pela coletividade. Um exemplo é que este ano entrou em vigor a proibição do capuz ou boné em sala de aula. Antes era autorizado em função dos alunos saberem usar deixando os olhos à mostra, porém agora em 2013 teimam em tampar o rosto,

dificultando a conversa com o professor, sendo esta regra nova na escola e imposta por necessidade.

Esta regra foi dialogada e mostrada a necessidade de ser imposta, os alunos questionaram, porém entenderam que foi a própria atitude deles que gerou a imposição de uma nova regra, como eram uma minoria que utilizava adereços na cabeça, os alunos aceitaram a nova regra. E o resultado foi imediato com o não uso de capuz, toucas ou bonés.

O processo que foi apresentado, tanto por escrito através do PPP, tanto pelas entrevistas com alunos e professores na escola, percebemos que tudo acontece tendo a interação da equipe diretiva e sua mediação com o diálogo. Isto é, os professores apontaram o problema, os alunos foram alertados verbalmente sobre o mau uso do capuz, boné ou touca. Como não houve modificação no uso, isto é continuaram tampando os olhos, não interagindo com o olhar para com seus professores, a regra foi estipulada em assembleia com os alunos, estes mesmo criando a punição, em caso de uso do adereço, seria recolhido e devolvido somente para o responsável. Entendemos que este processo passa por uma grande maturidade e senso crítico dos próprios alunos, sendo que este mesmo sabendo que aquele adereço era importante para compor seu look jovem e não fazendo o uso correto, teve seu direito de uso suspenso refletindo na maneira como o aluno age na solução de problemas.

Segundo Melchior a observação é o método mais eficaz na avaliação das atitudes, pois só se avalia um ato após o seu acontecimento. Por exemplo, a atitude em fazer o tema de casa só pode ser avaliada se o aluno fizer ou não. A autora diz que: “As atitudes, como os demais conhecimentos devem ser desenvolvidos, portanto, é necessária a sua avaliação no decorrer do processo, para garantir as mudanças do aluno no aprimoramento das mesmas.” (MELCHIOR, 2003, P. 91)

O professor B leciona a disciplina de história e iniciou na escola em 2011, quando a avaliação formativa estava em processo de adaptação.

Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom devem-se à utilização da avaliação formativa? Justifique.

Resposta: Com certeza. Não é simplesmente uma formação baseada em notas. O dia a dia do aluno é levado em conta. Não é baseada só em notas e expande a avaliação para outras áreas, não só em nota de conhecimento (trabalhos,

provas) A conscientização do aluno é importante por ele ver que as atitudes pesam para ele.

Quais são os itens criados pela equipe da escola, que você mais utiliza no seu cotidiano com a avaliação formativa? De que forma você organiza os registros da avaliação formativa?

Resposta: Principalmente a questão do desenvolvimento da responsabilidade com o compromisso de datas, entrega de trabalho, fazer tema. É uma corrente na prática de respeito aos prazos que são estabelecidos, de combinações feitas em sala de aula ao pé da letra. O professor comentou que usa planilha criada por ele mesmo, com os itens levados em conta na avaliação e espaço para observação, de algum fato que não foi contemplado na planilha ou para elogios.

A avaliação formativa é um processo de aprendizagem contínuo, envolvendo o dia a dia, as ações, tentativas e concretizações de ideias do aluno. Entendemos que o método do registro deve ser feito com caráter de guia para o professor concretizar as próximas ações de aprendizagem.

Entendemos que a avaliação formativa tem como uma das suas características informar ao professor sobre o aluno para que o mesmo possa adaptar as atividades de ensino e de aprendizagem buscando o crescimento afetivo, cognitivo e pessoal de cada discente. Desta forma os registros são importantes para este acompanhamento do aluno. Assim Fernandes e Freitas argumentam:

A finalidade é registrar este acompanhamento, os avanços e recuos dos estudantes, a fim de informar o professor acerca do processo, para que, assim, possa mediar e traçar estratégias de ação adequadas a cada estudante e às suas potencialidades. Outros instrumentos de registro podem e devem coexistir: planilhas de notas, relatórios do desempenho dos estudantes, anotações diárias das aulas, diários do professor, no qual ele anota o que fez, o que foi produtivo, como poderia ser melhorado, enfim, há uma infinidade de possibilidades de registro da prática e do crescimento dos estudantes e crianças. (FERNANDES e FREITAS, 2007, p. 31).

O professor B destacou que acha muito eficaz a avaliação formativa e está levando este projeto para outro município em que trabalha, mas sempre destacando que as carências e regras de cada escola variam, porém o funcionamento da avaliação formativa não muda, sendo importante conservar a essência de registrar a ação do aluno.

A terceira professora C a ser entrevistada, foi uma professora de currículo que tem muitos anos de magistério, mas que iniciou neste ano de 2013 a trabalhar nesta escola municipal X. Possui duas turmas atuando manhã e tarde.

No primeiro momento ela quis justificar que ainda sente este tipo de avaliação como um desafio no seu trabalho, pois, não é nada parecido com a avaliação desenvolvida nos seus outros anos de trabalho.

Ao ser questionada sobre os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom deviam-se à utilização da avaliação formativa, resposta que a professora deveria justificar, a mesma respondeu que era positivo, pois os alunos aprendem a ter mais responsabilidade, se preocupam com os 20 pontos e procuram cumprir as regras. A recompensa de conquistar os 20 pontos, pode acontecer ou não, mas eles estarão cuidando deles.

Outra questão referia-se aos itens criados pela equipe da escola, mais utilizados no seu cotidiano com a avaliação formativa, bem como de que forma organiza os registros da avaliação formativa.

Resposta: Os temas, entrega de bilhetes com a professora titular. Organiza os registros num caderno e faz observações escritas de cada aluno. A comunicação é com o aluno, ele se torna agente da sua avaliação e também do aprendizado.

O diálogo entre professor e aluno deve ser constante, assim alimentando o processo avaliativo. Hadji (2001), explica que, desta maneira, como uma relação dialética é possível identificar aprendizagens cada vez mais significativas para o aluno, mas também para o professor.

Durante sua fala a docente C fez menção ao apoio que recebe da equipe diretiva da escola, classificando como uma ação importante o diálogo com o professor e a explanação aos alunos.

Esta característica do diálogo na avaliação formativa está presente nos estudos de Loch:

É neste espaço, de encontro, constituído pelos educandos e educadores, seres humanos densos, complexos, em permanente diálogo na criação de si mesmos e do outro, que se avança na construção de conhecimentos; portanto, é carregado de questionamentos, de problematizações, de investigações, de intervenções e mediações, caracterizando-se como avaliação formativa. (LOCH, 2000, p.3).

Por fim a última entrevista foi realizada novamente com uma docente com doze anos de trabalho nesta escola. A disciplina a qual ela leciona é inglês e tem todas as turmas da escola do 6º ao 9º ano.

Antes mesmo de apresentarmos as perguntas, quando expliquei sobre a nossa investigação, ela já suscitou animação, pois considera a avaliação formativa o eixo que alavancou a mudança na aprendizagem dos alunos.

Os bons resultados da Escola Municipal X na cidade de Campo Bom devem-se à utilização da avaliação formativa? Justifique.

Resposta: Com certeza. Por ter trabalhado anterior a esta avaliação, onde não se tinha disciplina do aluno, os professores recebiam punições da direção e ameaças de alunos. Os alunos não entregavam trabalhos e faziam o que queriam, havia muita agressão física nos recreios. Atualmente a disciplina melhorou, pois os alunos sabem que existe uma punição caso não estejam dentro do sistema. Este ano especialmente está havendo cobranças na reunião de professores.

Quais são os itens criados pela equipe da escola, que você mais utiliza no seu cotidiano com a avaliação formativa? De que forma você organiza os registros da avaliação formativa?

Resposta: O conjunto de cobranças fez retornar a disciplina, assim os alunos ficam concentrados e apresentam um maior rendimento. O aluno precisa de disciplina em sala de aula para ter um melhor rendimento. Cada turma tem uma pasta, identifica o aluno por itens em uma planilha, itens significativos para a disciplina e também a questão das regras da escola. Sempre tenta resolver em sala de aula, mas se preciso for, leva à coordenação.

Referente a esta ideia de trabalho coletivo ou cobrança coletiva, o autor Celso Vasconcellos posiciona-se a favor produzindo argumentos de que quanto mais pessoas envolvidas no processo da avaliação formativa maior o ganho para o aluno. Segundo Vasconcellos:

Entendemos que a mudança não se dá de uma vez (tudo e já); vemos a necessidade de passos pequenos, assumidos coletivamente, mas concretos e na direção certa, desencadeando um processo de mudança com abrangência crescente: sala de aula, escola, grupo de escolas, comunidade [...] (VASCONCELLOS, 1998, p.20)

A entrevista fluiu e surgiram mais questões, como: quais os métodos avaliativos utilizados pela professora e como você avalia a participação da gestão na estruturação deste tipo de avaliação?

Resposta: As normas existem e tem a constante cobrança dos professores e direção da escola. A direção cobrando dos professores e os professores cobrando dos alunos. Assim percebeu-se que os alunos testam os professores novos por acharem que os profissionais não conhecem o que eles podem cobrar dos alunos.

Após entrevistar cada professor separadamente, reunimos todos para a apresentação da tabela sugerida pela autora Maria Celina Melchior, (segue abaixo) para utilização durante o processo de avaliação formativa. A autora orienta que:

O importante nos instrumentos em que estão previstos os desempenhos, é que os mesmos estejam escritos para que o tempo de anotação do professor seja muito breve, caso contrário, na maioria das vezes, os mesmos não serão usados. (MELCHIOR, 2006, p. 168).

A pergunta chave era: “Esta tabela é de fácil uso para você, docente, para efetivar a avaliação formativa?”.

A palavra chave correspondia a utilização da figura1, apresentada na metodologia deste trabalho: “Esta tabela é de fácil uso para você, docente, para efetivar a avaliação formativa?”

Após os professores conversaram, chegaram a um consenso relatando que: “Essa tabela é muito parecida com os aspectos que avaliamos do conhecimento do aluno, como ele trabalha se ele progrediu nos conteúdos, mas não contempla os aspectos da avaliação formativa, pois tem toda parte do relacionamento interpessoal, com as regras da escola e que conseqüentemente variam de escola para escola”.

Este relato dos docentes evidencia o quanto estes se detém em registrar ou observar as regras criadas na escola. Mostra como eles intensificam suas cobranças em volta das regras internas como: uso do celular, não chegar atrasado à escola, ser pontual na entrega de trabalhos, ser assíduo, etc.

Teríamos a possibilidade de interpretar algumas perguntas da tabela como auxiliares para a construção do parecer do aluno. Por exemplo, a questão que

pergunta sobre: “Tem bom relacionamento com colegas e professores?”, poderia ser um caminho para se chegar ao entendimento de como é o relacionamento do aluno com os demais da turma e os funcionários da escola no sentido de ele valorizar e participar de trabalhos conjuntos, bem como ser pontual e presente em todas as atividades.

De acordo com Hoffmann (2006), o conhecimento dos alunos é obtido através da interação com o meio em que vive, o modo de ser, a índole, os objetos. Experiências e situações de vida ultrapassam de desenvolvimento e estabelecem ligações mais complicadas e abstratas, através da maturação para evoluir. O meio no qual o aluno está inserido pode acelerar ou atrasar este processo.

Através do contexto da escola X apresentado anteriormente, percebemos que o processo de avaliação formativa teve sua estrutura embasada na gestão democrática e na mediação com o diálogo. A experiência atual mostra uma condição muito melhor de aprendizagem, tendo como fruto um aluno participativo atuante na solução dos problemas e respeitando os valores e o convívio com as diferenças.

4.4 Entrevista com os Alunos

Após entrevista com equipe diretiva e professores, o próximo passo foi entender como os alunos se veem no processo de avaliação formativa.

Na etapa de investigação junto aos alunos, duas turmas de 6º ano e outras duas turmas de 9º ano, os mesmos responderam as questões da tabela indicada por Melchior e apresentada anteriormente, porém foi solicitado a eles que sempre que a pergunta fosse respondida com “Sim”, eles explicassem o motivo, na coluna da observação.

A escolha da turma foi por conta da escola, porém o ano foi escolha de responsabilidade nossa, visando que gostaríamos de saber como o aluno do 6º ano que veio de outras escolas para a escola X pesquisada, no ano de 2013 se via neste processo de avaliação formativa e de que maneira o 9º ano, alunos que estão nesta instituição há pelo mesmo quatro anos atuam com este processo avaliativo que se encontra em investigação neste trabalho.

Dentre os 36 alunos do 9º ano que responderam a pesquisa, doze não mencionaram em nenhuma das respostas as palavras notas ou pontos. Oito alunos

referiram-se diretamente em uma ou mais resposta sobre o realizar ou fazer atividades com o intuito de não perder “nota”. Já o restante sendo dezesseis alunos utilizou dos argumentos nas suas justificativas que faziam o proposto para não perder dos “20” pontos.

Analisando as respostas do 6º ano, que foram coletadas no total de 58 alunos atingimos os seguintes resultados: 27 alunos não citaram em nenhuma de suas respostas nada referente à nota, 12 alunos manifestaram preocupação em ter boas notas e 19 alunos alegaram realizar as tarefas ou o proposto para não perder os “20” pontos da avaliação formativa.

Com este resultado já evidenciamos que o aluno que vivencia o processo da avaliação formativa há mais tempo, no caso analisado o 9º ano, tem maior consciência sobre a importância das suas atitudes em relação aos 20 pontos propostos pela escola. Mas em contra ponto a este dado, notamos que em ambos os anos ainda existe um percentual expressivo que se preocupa com a questão de notas, ou de ter boas notas.

Mas, conforme a experiência do aluno percebemos o grau de comprometimento com os estudos, pois vinte alunos do 9º ano responderam em alguma de suas justificativas que se preocupavam em tirar dúvidas com o professor, porém no 6º ano apenas 8 alunos se justificaram achar importante tirar as dúvida com o professor. Assim percebemos que para os alunos de 9º ano a avaliação formativa esta mais clara no processo de entendimento e troca de conhecimento com o docente, mostrando a importância do diálogo e da mediação para construção do conhecimento, o que evidencia com Vasconcellos que: “Não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante.” (1998, p. 56)

Examinando as respostas dos alunos do 6º ano percebemos que a dimensão dos pais como incentivadores ou como uma forma de cobrança está muito presente nas respostas dos alunos, pois se vê que o comportamento em fazer as tarefas, entregar no prazo, realizar temas está diretamente ligado a questão de o responsável cobrar esta atitude do filho por considerar ser o comportamento adequado para um bom aluno.

Isto chama a atenção para o compromisso dos pais, pois os mesmos, como diz Vanconcellos, devem “valorizar o estudo, a escola e o professor; valorizar a aprendizagem, a alegria, a descoberta do mundo por parte dos filhos e não a nota”.

Quanto ao aluno, o mesmo autor afirma que os alunos devem “ assumir um papel ativo na construção de seus destinos; fazer do conhecimento uma forma de compreender melhor o mundo, usufruir da cultura e se comprometer com sua mudança, e não apenas uma forma de conseguir a nota para passar; desenvolver uma cultura da solidariedade em sala de aula junto aos colegas com dificuldade.” (VASCONCELLOS, 1998, p. 106)

Na continuação do nosso estudo de campo a terceira etapa era participar como ouvinte de um conselho de classe, atividade que foi realizada no segundo trimestre de 2013.

4.5 Observação do Conselho de Classe

O conselho de classe aconteceu envolto em uma enorme seriedade e realmente cumpre o que está descrito no PPP da escola, isto é, possui a presença dos professores, membros da equipe diretiva, secretaria, representante da biblioteca e laboratório de informática. Ressaltamos nesta formação a falta da presença do aluno e de um pai, pois iria mostrar que todos da escola estariam realmente envolvidos no processo da avaliação formativa. Celso Vasconcellos argumenta sobre a importância e a real formação do conselho de classe:

Deve ser feito durante o ano e não apenas no final, quando pouca coisa pode ser modificada; Devem constar na medida do possível, com a participação de todos os membros da comunidade escolar (professores, equipe de coordenação, direção, alunos- ou seus representantes-, auxiliares de disciplina, pais), para que se tenha a oportunidade de uma visão de conjunto; O enfoque principal deve ser o processo educativo e não as notas, ou os longos “santos” comentários de cada aluno “problema” (VASCONCELLOS, 1998, p. 77).

Caso o aluno não entregue algum bilhete assinado a secretaria tem registrado; se não entregar o livro no dia correto de retirada da turma, a bibliotecária irá anotar; se desrespeitar alguma regra da escola no laboratório de informática também terá registro por parte da professora responsável daquele espaço.

Assim, percebemos que o grau de empenho de todos da escola é grande para que se construa uma corrente tendo como função a cobrança das regras da escola.

Sobre a real função do conselho de classe os autores argumentam que:

Para isso, o conselho de classe, no ensino fundamental, deve ser convocado periodicamente, visto como momento de interação entre professores, planejamento, estudo e decisões acerca de como trabalhar com as dificuldades e as possibilidades apresentadas pelos estudantes. O conselho não deve mais ser entendido como momento de fechamento de notas e decisões acerca da aprovação ou reprovação de alunos. É também um espaço privilegiado para o resgate da dimensão coletiva do trabalho docente. (FERNANDES E FREITAS, 2007, p.37)

Os autores Fernandes e Freitas (2007), ainda sugerem que o conselho de classe poderia servir como um momento de troca de experiências pedagógicas e estratégias de trabalho, avaliação das metas da escola e discussão de princípios defendidos pela instituição.

Com o grupo de profissionais descrito acima, reunido na Escola X em estudo, se faz um diálogo onde todos que possuem anotações do aluno em questão falam, enquanto o professor conselheiro vai registrando e por fim se atribui uma nota para a avaliação formativa do aluno. Assim o conselho de classe se responsabiliza em quantificar (atribuir nota de 0 à 20 pontos) para as atitudes do aluno durante aquele trimestre.

Após presenciar o conselho de classe e já ter vivenciado a avaliação formativa percebemos que o valor atribuído em números, digo em nota, teve um significado muito importante para esta comunidade escolar. Entendemos que segundo os autores apresentados neste estudo, seria mais coerente a escola X optar por desenvolver uma avaliação formativa descritiva, tentando privilegiar habilidades e competências do aluno envolvendo raciocínio lógico, solução de problemas, compreensão dos fatos e interpretação de leituras, mas ao mesmo tempo a pesquisa de campo nos mostra que a modalidade de avaliação escolhida e desenvolvida na escola, foi um grande crescimento para os alunos.

4.6 Construção de Resultados

Este crescimento, segundo os professores, se reflete nas atitudes diárias e no convívio pessoal, pois a partir do momento que se teve maior disciplina na sala de aula, muito mais pode ser ensinado aos alunos. Este conhecimento está refletido em notas, tanto de avaliação interna do município, quanto na Prova Brasil com o índice do IDEB. Como exemplifica a tabela a seguir, apontando o índice das séries finais.

A figura 2 a seguir, esta apontando o índice do IDEB das últimas quatro avaliações aplicadas, mostrando as notas, referentes as séries finais do ensino fundamental da escola X.

Ano	Aprovação Bianual	Prova Brasil		IDEB
		Português	Matemática	
2005	93%	183,28	199,83	4,7
2007	97%	197,29	218,42	5,5
2009	93%	195,30	221,11	5,3
2011	97%	222,12	236,41	6,4

Figura 2 – Resultados do IDEB - Autoria Própria.

O conselho de classe também deve apontar sugestões de projetos e atividades para os alunos desenvolverem na escola, pois este é um momento de reflexão e diálogo, sobre problemas, soluções e organização interna da escola.

Após a conclusão do trabalho de campo, a análise das respostas das perguntas e das observações, nos levaram a entender sobre como a escola X implantou e desenvolveu a avaliação formativa na prática.

Percebemos que a gestão democrática é a base para o desenvolvimento da avaliação formativa, pois as regras e punições foram apontadas pelos professores, a direção da escola debateu com os alunos em assembleia geral e por fim obteve o veredito dos pais.

As entrevistas com os professores mostrou que todos aprovam este processo de avaliação e inclusive, se unem para manter, isto é, estimulando os professores novos, recapitulando as regras da escola e cobrando um do outro os registros sobre o aluno.

Os discentes que estão a mais tempo estudando nesta escola, 9º ano, mostraram-se conhecedores do processo avaliativo e mais maduros, quanto à importância dos estudos para um futuro promissor. Ao contrário os alunos do 6º ano, mais inseguros frente à avaliação formativa. Por ser o primeiro ano de disciplinas divididas, entendemos que o aluno do 6º ano ainda tenha a ideia de que os pais precisem ficar incentivando os estudos, pois muitos ainda não vincularam a ideia de futuro ao estudo no tempo presente.

Na abordagem geral deste capítulo gostaríamos de lembrar que ambos os grupos entrevistados, professores e alunos, possuem o mesmo discurso quanto às regras de convivência: elas impulsionam a avaliação formativa. Os resultados deste processo de avaliação estão visivelmente no comportamento do aluno no pátio da escola, no recreio, em passeios pedagógicos e refletidos em valor “nota” apresentados na prova do Sonhação (projeto municipal semestral, realizado em forma de prova com o objetivo de apontar os déficits de aprendizagem separadamente em português e matemática.) e também na Prova Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como o aluno pode ser avaliado é um importante mecanismo de inclusão ou exclusão do mesmo. A proposta de interação com a aprendizagem deve prevalecer se fazendo acontecer através da avaliação, a qual indicará as melhores estratégias de ação para o professor desenvolver com o aluno tendo como objetivo a aprendizagem.

Ressaltamos que o processo de avaliação deve ser visto por todos da escola como um processo contínuo e deve acontecer na esfera de aluno, professor e instituição, podendo ser usada avaliação formativa. Já a avaliação somativa deve ser repensada, pois ela apresenta a característica de engessar o conhecimento do aluno, partindo do ponto que ele não interage com a sua aprendizagem e é avaliado somente com notas de provas e trabalhos não interessando a participação, organização, pontualidade, ou seja, o “todo” do aluno.

Constatamos que o modelo de avaliação formativa desenvolvido pela Escola X do município de Campo Bom, obteve sucesso ao ponto de conseguir envolver todos na aplicação e desenvolvimento deste projeto. A fala dos docentes foi significativa no contexto de ver na equipe diretiva, responsável pela gestão escolar, um apoio para dar segmento ao processo da avaliação formativa.

O modelo de Gestão Democrática utilizado nesta escola contribuiu no momento da implantação da avaliação formativa, já que se responsabilizaram em amparar legalmente este tipo de avaliação e com a manutenção do mesmo. Pois, a partir do momento em que se desenvolve a avaliação formativa, muito diálogo deve acontecer com funcionários da escola, pais, comunidade e alunos, para que não se perca o objetivo inicial de propiciar uma troca de aprendizagem e contribuir para uma educação de qualidade.

Sob o ponto de vista dos entrevistados, ficou claro que a escola desenvolve a avaliação formativa, quantificando as atitudes do aluno e justificam que ele estará preparado para continuar seus estudos e alguns até mesmo desempenhar funções de estágios de trabalho.

Segundo autores e o resultado das entrevistas, entendemos que qualquer instituição que busque modificar e ampliar seu trabalho desenvolvendo uma avaliação mais significativa para com os alunos pode usar o modelo de avaliação formativa. Porém, este não tem um manual de uso ou aplicação, ele precisa ser

construído conforme a realidade local de cada instituição, visando sempre o crescimento pessoal e na aprendizagem do aluno na busca de um cidadão crítico e responsável.

A busca por um processo contínuo e flexível de avaliação está normatizado na LDB 9394/96. Mas, mesmo assim deve estar descrito no Projeto Político Pedagógico da escola, de modo a orientar e discriminar o uso da avaliação escolar desenvolvido na instituição.

Em muitos momentos o aprendiz poderá ver sua real importância no processo de aprendizado, quando se sentir agente deste processo. Isto a avaliação formativa desenvolve com o aluno e podemos concluir com as respostas da pesquisa que isto acontece na escola pesquisada, pois ele terá a consciência de seus atos e a oportunidade nele mesmo de mudar.

A instituição pesquisada mostrou que através da avaliação formativa a disciplina voltou ao dia a dia da escola e que através dela o aluno passou a interagir com sua aprendizagem, tendo tranquilidade de pensar, repensar e dialogar com colegas ou professor na busca de sanar suas dificuldades.

Desta forma, entendemos que o alto índice no IDEB de 2011, já tenha sido resultado do processo da avaliação formativa desenvolvida na instituição, que a fez ser a melhor nota na região do Vale dos Sinos e Paranhama do ano citado.

Tanto na fala dos professores como na da diretora da instituição, foi muito falado sobre a procura de professores para trabalharem na escola, isto evidenciando a autoestima e a propaganda positiva da disciplina do aluno, assim este estando mais interessado para a aprendizagem.

A avaliação formativa pode desenvolver no aluno a capacidade de lidar com o erro, não mais este erro se tornando característica negativa, mas num novo caminho de aprendizado. Desta forma a escola pode contribuir na formação de cidadãos mais críticos e autônomos que pensa antes de agir e age conscientemente.

REFERÊNCIAS

BLAYA, Carolina. **Processo de Avaliação**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/tramse/med/textos/2004_07_20_tex.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da educação nacional**. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago 1998 N^o 8, p. 72 a 85.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

DOURADO, Luis Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites E Perspectivas**. 2007, p. 921-946.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliação da Aprendizagem do Ponto de Vista Técnico-Científico e Filosófico-Político**. Série Idéias n. 8. São Paulo: FDE, 1998, Páginas: 161-172.

[Fernandes, Cláudia de Oliveira] **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação** / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. P.44.

FERNADES, Domingos. **Para uma teoria da avaliação formativa**. Revista Portuguesa de Educação, 2006, 19(2), pp. 21-50.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GASPAR, Vitor Tavares. TONSO, Sandro. **Estudos Sobre Avaliação Para Uma Educação Ambiental Crítica**. V Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis - SC – Brasil.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. edição São Paulo: Atlas, 2002.

HADJI, Charles. **A Avaliação desmitificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: editora Mediação, 20ª Edição, 2006.

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf Acesso em: 21 de julho de 2013.

IDEB. Avaliações Aplicada. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>. Acesso em: 29 de junho de 2013.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. **Avaliação: Uma perspectiva emancipatória. Química Nova na Escola seção Espaço Aberto**. Nº 12, novembro de 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 2.ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos: Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo, publicado no caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo, por ocasião da **Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola**, Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP, 8 de outubro de 2005.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006

MAZZOTTI, Alda & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método na Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELCHIOR, Maria Celina. **Da avaliação dos saberes á construção de competências**. Porto Alegre: editora Premier, 2003.

MICHELS, Maria Helena. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza et alii. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Adriana, APARECIDA, Celena, SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de Pedagogia**. Anais do Educere, Curitiba: PUC/PR, 2008, p. 2384-2397.

OLIVEIRA, Gerson Pastre de. **Avaliação Formativa nos cursos superiores: verificações qualitativas no processo de ensino- aprendizagem e a autonomia dos educandos**. OEI- Revista Iberoamericana de Educación. P. 01-06

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada**. Porto Alegre: editora Artmed, 1999-C.

SANTA, Luís. Avaliação para as aprendizagens. Revista PROFORMA, nº 02 março de 2011. Consultado em 10/07/2013 -
efopna.edu.pt/revista/revista_02/pdf_02/es_05_02.pdf

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples**. RBP AE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.